

ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO CONTINUADA: PLANEJAMENTO COLABORATIVO E A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO



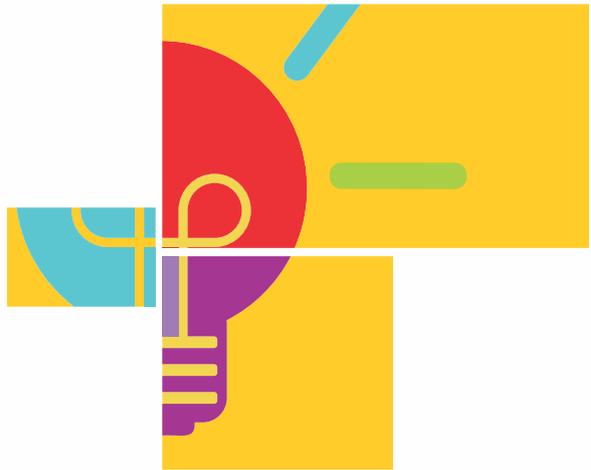
VANESSA TAVARES BRITO PINHEIRO

**Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
União da Vitória - PR**

**PROFEI - Programa de Mestrado Profissional em Educação
Inclusiva**

**Orientadora
Prof. Dra. Sandra Salete de Camargo Silva**

2022



FICHA CATALOGRÁFICA

P654o

Pinheiro, Vanessa Tavares Brito
Orientações para a formação continuada: planejamento colaborativo e a documentação pedagógica no processo de inclusão / Vanessa Tavares Brito Pinheiro. União da Vitória, 2022.
16 f.; il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional – Área de Concentração: Educação Inclusiva) – Universidade Estadual do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Salete de Camargo Silva

1. Educação Especial. 2. Ensino colaborativo. 3. Formação de professores. I. Silva, Sandra Salete de Camargo. II. Universidade Estadual do Paraná. III. Título. IV. Título: Planejamento colaborativo, documentação pedagógica e processos de aprendizagens: caminhos pela visibilização dos alunos da educação especial.

CDD 371.9
23. ed.

Ficha catalográfica elaborada por Leociléa Aparecida Vieira – CRB 9/1174



SUMÁRIO

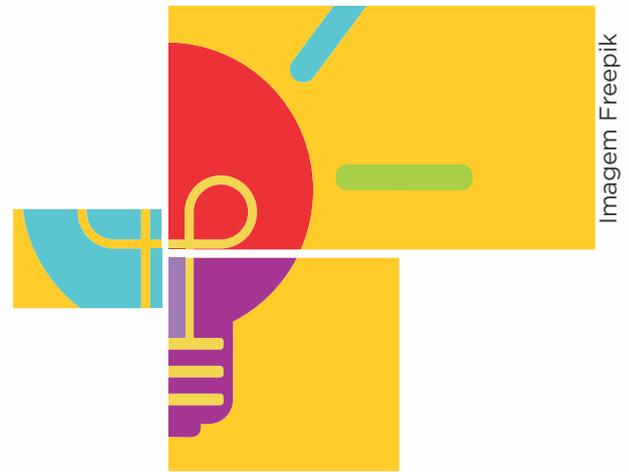


Imagem Freepik

APRESENTAÇÃO	04
VOCÊ SABE O QUE É ENSINO COLABORATIVO? ELE FAZ PARTE DA SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA?	05
TECENDO PROVOCAÇÕES	06
DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA??? O QUE VEM A SUA MENTE QUANDO ESCUTA ESSE TERMO?	08
VAMOS MONTAR UM GRUPO COLABORATIVO DE FORMAÇÃO CONTINUADA?	10
REFERÊNCIAS	15
ANEXOS.....	16





Apresentação

O presente livro digital no formato de e-book é fruto do trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – Profei, da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Este produto educacional foi elaborado a partir da dissertação de Mestrado intitulada “Planejamento Colaborativo, documentação pedagógica e processos de aprendizagens: caminhos pela visibilização dos alunos da educação especial”. Para isso, contou-se com a orientação da Professora Doutora Sandra Salete de Camargo Silva, que é uma incentivadora da luta pelos direitos em Educação e Inclusão da pessoa com deficiência, seguindo a linha de pesquisa Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva. Apresento aqui os estudos acerca do caminho percorrido pela autora, desde o ingresso no Mestrado em Educação Inclusiva – Profei, em Outubro de 2020, até sua finalização em Outubro de 2022.

Nosso objetivo com este e-book é apresentar reflexões e discussões acerca do ensino colaborativo e da documentação pedagógica no planejamento das aulas de matemática dos 6º anos, do ensino fundamental II, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, buscando dar visibilidade às aprendizagens dos alunos, público da educação especial.

As reflexões e discussões aqui apresentadas tem seu foco na disciplina de matemática, uma vez que a análise realizada nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas evidenciou uma fragilidade nesta área, justificando assim, as ações voltadas para o ensino da matemática.

Desde a antiguidade até os dias atuais, a história da pessoa com deficiência é marcada por um caminho repleto de desafios e preconceitos, desde o abandono, o misticismo, o ocultismo, a segregação, a caridade, como destacado por Pessotti (1984). Dessa forma, buscamos contextualizar a educação da pessoa com deficiência, apresentando possibilidades de escolarização desses alunos a partir do planejamento colaborativo e da documentação pedagógica.

VOCÊ SABE O QUE É ENSINO COLABORATIVO? ELE FAZ PARTE DA SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA?

As autoras Capellini e Zerbato (2019) apresentam o ensino colaborativo como um trabalho de colaboração entre o professor do ensino comum e o professor do atendimento educacional especializado – AEE, com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade aos alunos, público da educação especial, e a todos que necessitam de um atendimento diferenciado.

Para elas, o ensino colaborativo se baseia na abordagem social da deficiência, onde a escola se adapta para receber os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ao invés dos alunos se adaptarem ao espaço escolar. A escola é um ambiente rico em diversidades e deve ser acolhedora e inclusiva. Dessa forma, a sala de aula pode ser vista como um espaço de aprendizagens e interações entre os seres humanos a partir das diversidades existentes e, para isso, nada melhor do que trabalhar de forma colaborativa.

No processo de inclusão, a educação assume um papel fundamental na sociedade contemporânea, propondo reflexões, debates e ações em busca da superação do preconceito e discriminação na sociedade e dentro do próprio ambiente escolar. É importante destacar que a inclusão não está restrita apenas ao aluno da educação especial, mas a todos que necessitam de um atendimento diferenciado.



TECENDO PROVOCAÇÕES

Quando pensamos ou falamos em educação inclusiva, a primeira coisa que nos vem à mente são os alunos público da educação especial. Mas isso é um equívoco, pois segundo Capellini e Zerbato (2019), a educação inclusiva é aquela oferecida a todos os grupos minoritários de uma sociedade que, por motivos variados, não estão inseridos nas classes comuns das escolas regulares.

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldade de aprendizagem ou no desenvolvimento (CARVALHO, 2019, p. 33).

Para Pinheiro (2022), respeitar a diversidade do ambiente escolar favorece o ensino e a aprendizagem, tornando a sala de aula um espaço enriquecedor, que atende às especificidades dos educandos, propiciando uma prática pedagógica inclusiva e contribuindo para a construção do conhecimento dos alunos com e sem deficiência.

A Constituição Federal assegura o direito à educação para todos os cidadãos “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 205). Além dela, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que retrata em seu Artigo 2º que é dever do Estado e da família garantir a educação para todos sem qualquer distinção, endossando o princípio da educação numa perspectiva inclusiva.

O ensino em colaboração entre o professor do AEE e o professor do ensino comum deve principalmente tornar o currículo acessível a todos os alunos, garantindo assim, uma educação de qualidade. Para Rabelo (2012), esse modelo de ensino não deve ser visto como uma metodologia de trabalho, e sim como uma filosofia que respeita a diversidade contida na sala de aula.



Ainda segundo Rabelo (2012), o trabalho colaborativo pode ser entendido como uma estratégia de ação, que envolve todos os profissionais de educação inseridos no espaço escolar, com diferentes formações e olhares distintos, contribuindo para o enriquecimento da prática pedagógica e do ensino e aprendizagem dos alunos público da educação especial e de todos que necessitam de um atendimento diferenciado.

[...] no ensino colaborativo, os saberes e experiências de cada profissional são valorizados igualmente, uma vez que se entende que a soma e a troca de conhecimentos diferenciados entre eles potencializará a construção de práticas mais inclusivas (CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p. 41).



SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO!!!

MENDES, E. G. **Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar.** In: Manzini E. J (org). Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE; 2006. p. 29-41.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino Colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar.** São Carlos: UFSCar, 2012.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino Colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores.** Ver. Bras. Estud. Pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 239. P. 139-151, Jan./Abr: 2014.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves; PAULINO, Vanessa Cristina. **Discutindo o papel do professor de educação especial na proposta de co-ensino em um município do interior de São Paulo.** Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/USP Legal – São Paulo, Junho/2013.



DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA???

O QUE VEM A SUA MENTE QUANDO ESCUTA ESSE TERMO?

“Documentar é como fazer brilhar o outro, como desenhar o outro com admiração e generosidade” (BONAS, 2020, p. 83).

O termo documentação pedagógica surgiu na Itália após a Segunda Guerra Mundial. Seu criador foi Loris Malaguzzi, que apresentou uma proposta de educação coletiva, com maior participação das famílias, num momento de fragilidade da sociedade, no intuito de garantir uma educação de qualidade e de paz a fim de que o episódio de Auschwitz nunca mais se repetisse (MELLO; BARBOSA; FARIA, 2020).

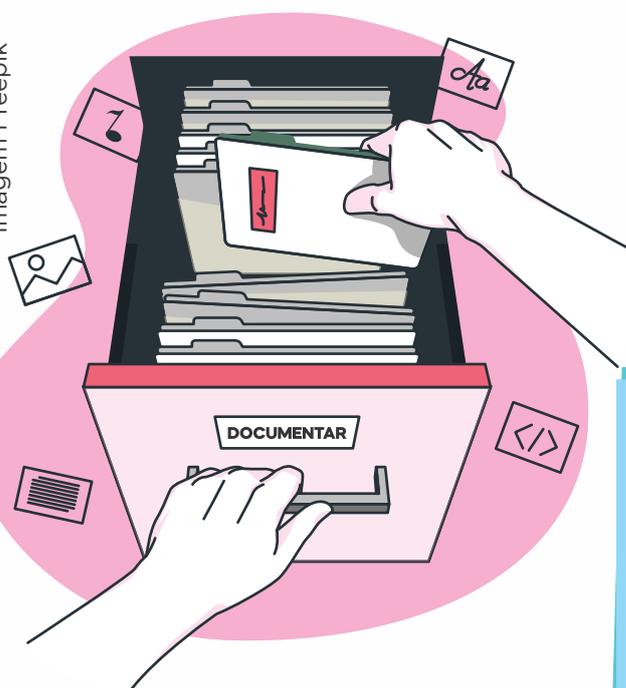
A documentação pedagógica segue o princípio da gestão participativa, numa proposta de educação com a maior participação da família, de vida comunitária. Assim como o processo de documentar o dia a dia da sala de aula pode ser entendido como uma maneira diferente de organização do trabalho pedagógico de forma mais interativa e participativa (MELLO; BARBOSA; FARIA, 2020).

Mendonça (2009), traz a documentação como um processo para dar maior visibilidade às várias formas de aprendizagem dos nossos alunos, a partir de uma prática pedagógica problematizadora.

A Documentação pedagógica pode ser vista como uma estratégia de ação, uma vez que, documentar o dia a dia da escola e da sala de aula pode ser uma forma de formação em serviço, um apoio pedagógico para a reflexão e ação do professor a respeito da sua prática.

À vista disso, é possível refletir a partir das análises e dos resultados obtidos com a documentação, revendo metodologias, instrumentos avaliativos e assim, ressignificar a prática do professor com o objetivo de proporcionar uma aprendizagem significativa e de qualidade para todos os alunos com e sem deficiência.

Os documentos (registros) criados pelos professores e professoras, e também pelas crianças, podem se constituir em matéria prima a ser compartilhada com os/as colegas, base para a discussão, ressignificação e avaliação das práticas. [...] A documentação transparente convida as famílias para participarem diferentemente da educação dos/as filhos/as (MELLO; BARBOSA; FARIA, 2020, p. 10).





SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO!!!

ALTIMIR, David. **Escutar para documentar**. In: MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Org.). **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. 3 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. 3 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

Como estamos vendo, documentar pode ser um instrumento importante para dar vida à sala de aula e, assim, dar visibilidade à aprendizagem dos alunos com deficiência, mas para isso é preciso estar atento a alguns pontos:

- Estar disposto a trabalhar com esta prática, ser voluntário;
- Saber o que deseja documentar;
- Considerar quais instrumentos pretende usar;
- Planejar, estabelecer os conteúdos a serem trabalhados, os objetivos, as estratégias e as metodologias;
- Buscar o apoio da equipe gestora e de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- Trabalhar em equipe, mantendo maior interação com a família dos alunos;
- Registrar através de fotos, vídeos, cartazes, registro escrito, observação, diário, entre outros.

As autoras Mello, Barbosa e Faria (2020) acreditam que a documentação pode assumir a função de organização do processo pedagógico, utilizando-se de maneiras menos formais, que focam na valorização da interação dos alunos com o professor, com o outro e com a família, a qual passa a fazer parte desse processo, contribuindo para o ensino e aprendizagem de todos os envolvidos. Outro ponto importante a ser destacado por elas é que a prática de documentar permite ao professor e a toda a equipe da escola a reflexão-ação do processo educativo.

A documentação, como processo, favorece a autoformação do professor, pois constitui instrumento de investigação, quando possibilita reunir informações que subsidiam o professor para refletir relativamente às suas práticas e implicações para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças (MENDONÇA, 2009, p. 78).

O grupo de estudo foi a prática escolhida para trabalhar com a formação de docentes a temática do ensino colaborativo aliado à documentação pedagógica. Os envolvidos foram os professores do ensino comum da disciplina de matemática,

da Vitória. A partir de agora você poderá conferir o passo a passo do trabalho realizado, com os planejamentos dos encontros e sugestão de atividades que poderão ser utilizados em formações continuadas nas escolas.

“Uma das finalidades da documentação é manter a memória do caminho percorrido e do qual, frequentemente, nos esquecemos” (DOLCI, 2020, p. 45).



VAMOS MONTAR UM GRUPO COLABORATIVO DE FORMAÇÃO CONTINUADA?

“ [...] promover a participação e o respeito às diferenças significa enriquecer o processo educacional, reconhecendo a importância do desenvolvimento das potencialidades, dos saberes, das atitudes e das competências de todos” (CAPELLINI, 2018, P. 34).

Um grupo colaborativo de formação continuada foi organizado para trabalhar com os professores da disciplina de matemática que atuam com os sextos anos do ensino fundamental II, juntamente com os professores do atendimento educacional especializado (que atuam nas salas de recursos multifuncionais) e os pedagogos das quatro escolas selecionadas para a pesquisa.



Nossos encontros de intervenção colaborativa aconteceram através da plataforma Google Meet devido à pandemia do Covid-19. A proposta foi implementada em quatro encontros, um por semana, totalizando uma carga horária de 20 horas. Primeiramente, foi aplicado um questionário aos participantes através do Google Forms, para maior conhecimento da realidade de cada escola. Optamos por realizar dois modelos de questionário, um com questões mais voltadas para os professores do ensino comum e outro mais direcionado para os pedagogos e professores do AEE, conforme o roteiro abaixo.

Passo 1

PARA OS PROFESSORES DE MATEMÁTICA

1) Durante sua caminhada profissional já trabalhou com alunos da educação especial em sala de aula?

2) Saberá definir o que é diferenciação curricular?

3) Seu planejamento contempla a diferenciação curricular, para os alunos da Educação Especial? Caso não, por quê?

4) Que tipo de metodologia utiliza para o trabalho com os alunos com deficiência que frequentam a sala de recursos multifuncional?

5) Costuma realizar o trabalho colaborativo, juntamente com o pedagogo (a) e com o professor da educação especial, visando a aprendizagem dos alunos com deficiência? Caso não, por quê?

6) Encontra dificuldades para realizar o trabalho colaborativo em sua escola? Caso sim, quais?

7) Conhece o conceito de Documentação Pedagógica?

8) Se sua resposta anterior foi sim, explique o que entende por documentação pedagógica e relate se já utilizou essa ferramenta em suas turmas.

9) Quais conteúdos sugere para a realização de um planejamento colaborativo?



PARA PEDAGOGOS E PROFESSORES DO AEE

1) Quantas salas de recursos multifuncionais há na escola em que você trabalha?

2) Quantos alunos ao todo estão matriculados?

3) Há alunos em processo de avaliação? Quantos

4) Quais os diagnósticos apresentados?

5) Como é a interação entre pedagogo(a), professor(a) da educação especial e professor(a) do ensino comum?

6) Já ouviu falar em ensino colaborativo?

7) Se sim, costuma realizar o trabalho colaborativo, juntamente com o pedagogo(a) do ensino comum, visando à aprendizagem dos alunos com deficiência?

8) Se a resposta anterior for não, por quê? Quais as dificuldades enfrentadas?

9) Conhece o conceito de Documentação Pedagógica?



Passo 2

Com a devolutiva dos questionários em mãos, realizamos uma análise das respostas e, então, percebeu-se a necessidade de preparar uma breve abordagem sobre a história da educação especial, desde os seus primeiros registros na idade primitiva até os dias atuais.



ALGUNS AUTORES UTILIZADOS!!

Fundamentação teórica:

Pessotti (1984), Mazzotta (2005), Miranda (2008), Capellini (2010), Mendes (2010)

Proposta de educação na perspectiva inclusiva:

Mantoan (2003), Carvalho (2019), Capellini e Zerbato (2019)

Passo 3

Apresentação dos conceitos de ensino colaborativo e documentação pedagógica - pontos fundamentais dos nossos estudos!

É bom destacar que o foco da abordagem esteve voltado para a importância do ensino colaborativo na realização do planejamento do professor, de modo que ele busque auxílio dos outros profissionais envolvidos no processo educativo, aqui, neste caso, do professor do AEE e do pedagogo responsável pela educação especial de sua escola. Dessa forma, seu planejamento terá um olhar mais inclusivo e o conteúdo proposto estará acessível aos alunos, público da educação especial, e a todos que necessitam de um atendimento diferenciado.

Esse tipo de planejamento pode ser entendido como uma forma de currículo acessível.

Para esse momento, foi utilizado como base o livro “O que é ensino colaborativo?“, das autoras Capellini e Zerbato (2019) e o livro das autoras Mello, Barbosa e Faria (2020), que dão embasamento teórico para o processo de documentação pedagógica.



REFERÊNCIA IMPORTANTE!!

CAPELLINI, Vera L. Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo**. 1ed. São Paulo: Edicon, 2019.

MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. 3 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

Passo 4

Nesse momento, foram apresentados os resultados dos questionários, com o objetivo de mostrar o perfil dos participantes da pesquisa e dos conhecimentos prévios a respeito da temática.

A proposta de trabalho lançada aos participantes consistia na construção coletiva de um instrumento de planejamento inclusivo, tendo como base o ensino colaborativo e a documentação pedagógica, como uma ferramenta possível de ser utilizada. Para isso, os participantes foram divididos em grupos por escola.

O conteúdo a ser trabalhado foi previamente escolhido no questionário e, a partir dele, os grupos iniciaram a elaboração do mesmo, baseando-se nos princípios do ensino colaborativo (professor do ensino comum, professor do AEE e pedagogo) e tendo a documentação pedagógica como uma ferramenta importante para dar visibilidade às aprendizagens dos alunos da educação especial e daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Passo 5

HORA DE COMPARTILHAR!!!

Cada grupo realizou a apresentação do seu planejamento, dando ênfase ao trabalho colaborativo e à utilização do processo de documentação (fotos, vídeos, desenhos, diário de bordo, etc). É importante que fique claro que a proposta de atividade consistia na elaboração de um planejamento de uma aula de matemática (conteúdo escolhido pelos participantes) em colaboração, professor do ensino comum, professor do AEE e pedagogo, com o objetivo de mostrar que o trabalho, de forma colaborativa, contribui para a aprendizagem dos nossos alunos. Nesse processo de colaboração não há competição, mas sim, união de esforços para que o aluno aprenda.

“A importância da documentação é enorme porque sem ela nenhum processo pedagógico se consolida. Serve para reflexão e para a construção pedagógica e, se bem feita, torna-se uma verdadeira “mina” de recursos que, mesmo depois de cem anos, continua a ser uma fonte de informação produtiva” (DOLCI, 2020, p. 43).

SUGESTÕES DE FILMES!

CLIQUE NO LINK

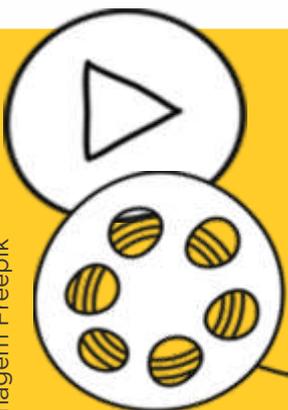
Cuerdas - https://www.youtube.com/watch?v=4INwx_tmTKw

Por que Heloisa - <https://www.youtube.com/watch?v=46XCBYv4mrE>

Tamara - <https://www.youtube.com/watch?v=SNRFDkKEqhk>

Mundo do silêncio - <https://www.youtube.com/watch?v=yo3riT1dEbo>

Ian: Uma história de inclusão - <https://www.youtube.com/watch?v=Ztqaa-NWYQ8>



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve Histórico da Educação Especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogia, vol. 22, nº 57, 2010.

MENDONÇA, Cristina Nogueira. A documentação pedagógica como processo de investigação e reflexão na educação infantil. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília – SP, 2009.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico. Cadernos de História da Educação – n. 7 – jan./dez. 2008. Secretaria de Educação Especial.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

PESSOTTI, Isaias. Deficiência Mental: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.



ANEXOS

CLIQUE NOS ÍCONES



HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



ENSINO COLABORATIVO E DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA



SUGESTÕES PARA TRABALHAR COM O ENSINO COLABORATIVO

CONFIRA AQUI A DISSERTAÇÃO COMPLETA